



Execução Fiscal *

Ação de Formação Contínua Tipo B

Braga ▪ 14 e 15 de março de 2019 ▪ Universidade do Minho, Campus de Gualtar, Escola de Direito, edif. 17, Auditório 0.10

Destinatários: Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.

Objetivos: Promover a discussão e a reflexão em torno de aspetos candentes da execução fiscal: a tutela contenciosa dos particulares; citação e notificações; reversão das dívidas, e em particular, as regras do ónus da prova; a penhora e os seus limites; as garantias; as consequências da morte do executado.

Programa: 1.º dia – 14 de março de 2019

Manhã

09h45 Abertura

Direção do Centro de Estudos Judiciários

Direção da Escola de Direito da Universidade do Minho

10h00 As regras do ónus da prova no domínio da reversão das dívidas em execução, na jurisprudência dos Tribunais Centrais

Fernanda Esteves, Juíza Desembargadora, Tribunal Central Administrativo Norte

11h00 A penhora no processo de execução fiscal: sua tramitação e limites à penhorabilidade de direitos

Marco Carvalho Gonçalves, Professor da Escola de Direito da Universidade do Minho

12h00 Debate

Moderação: *Sara Diegas Loureiro, Juíza de Direito, Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto*

Tarde

15h00 A morte do executado e as suas consequências no Processo de Execução Fiscal

Suzana Costa, Professora do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

16h00 As garantias no Processo de Execução Fiscal, e em particular, a fiança

Andreia Barbosa, Professora da Escola de Direito da Universidade do Minho

17h00 Citações e notificações no processo de execução fiscal

Tiago Lopes de Azevedo, Professor da Escola de Direito da Universidade do Minho

18h00 Debate

Moderação: *Bernardino Pinto, Procurador da República, Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto*

* Em parceria com a Escola de Direito da Universidade do Minho.



Execução Fiscal *

Ação de Formação Contínua Tipo B

Braga ▪ 14 e 15 de março de 2019 ▪ Universidade do Minho, Campus de Gualtar, Escola de Direito, edif. 17, Auditório 0.10

Destinatários: Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.

Programa: 2.º dia – 15 de março de 2019

Manhã

10h00 Meios de reação contenciosa para os atos de “indeferimento tácito” praticados no seio do processo de execução fiscal

Hugo Flores da Silva, Professor da Escola de Direito da Universidade do Minho

11h00 A anulação da venda

Jorge Lopes de Sousa, Juiz Conselheiro Jubilado do Supremo Tribunal Administrativo

11h40 A avaliação das garantias (art. 199.ºA CPPT)

Pedro Marinho Falcão, Advogado

12h40 Debate

Moderação: *Adelaide Moraes, Procuradora da República, Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga*

Tarde

15h00 Algumas questões sobre a reversão da execução fiscal

Rui Duarte Moraes, Professor da Faculdade de Direito da Escola do Porto da Universidade Católica Portuguesa

16h00 O direito à tutela contenciosa e a obrigação de prestar garantia

Sérgio Gonçalves do Cabo, Advogado

17h00 Debate

Moderação: *Vitor Unas, Juiz de Direito, Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga*

* Em parceria com a Escola de Direito da Universidade do Minho.